

# Constituinte esvazia oposição

Marcondes Sampaio

A oposição parlamentar, fraca desde o início do governo Sarney, passou a sofrer, semana passada, a sua mais drástica limitação de espaços, que deve prosseguir até o final do ano. Com a nova sistemática de atividades da Constituinte, os trabalhos da Assembléia ficaram centralizados na Comissão de Sistematização, para o debate de temas específicos.



Até o dia 5 de outubro, os parlamentares somente poderão ocupar as tribunas, para a abordagem de temas da realidade brasileira, em dois dias da semana. Na segunda-feira a Câmara e o Senado realizam sessões ordinárias, e às quartas-feiras o plenário fica aberto aos Constituintes. No restante do mês de outubro, os parlamentares terão suas atividades limitadas à votação do substitutivo ao Projeto de Constituição, até a promulgação da nova Carta.

A existência de uma oposição vigorosa ou pelo menos razoável torna-se ainda mais difícil diante do caráter do processo constituinte instalado no Congresso, marcado por uma forte conotação corporativista. Ou seja, predominam, ali, os interesses setoriais, tornando praticamente inviável uma ação conjunta dos parlamentares opositoristas em torno de questões fundamentais, até porque as pressões que eles recebem, da sociedade são igualmente dispersas e específicas.

Uma das consequências dessa redução do expediente parlamentar é a falta de acompanhamento da crise brasileira por parte dos con-

gressistas. Temas momentâneos como o agravamento do arrocho salarial e fiscal, a negociação da dívida externa, o problema dos reajustes dos aluguéis, o crescimento da violência urbana e o orçamento da União, enviado ao Congresso no início da semana, foram praticamente abandonados pelos constituintes, em favor — ou a pretexto — de um maior empenho na elaboração da nova Carta.

O esvaziamento da oposição preocupa alguns líderes opositoristas e até figuras de expressão do PMDB, como o líder no Senado, Mário Covas. Ele entende que a crítica deve ser exercida não apenas pela oposição, mas também pelos parlamentares situacionistas, interessados "na melhor condução da coisa pública".

Covas cita como exemplo de uma questão que deve merecer a atenção unânime dos congressistas, o problema da política salarial: "Das condições de sobrevivência da maioria dos assalariados, que se agravam dia-a-dia". O líder peemedebista deplora, ao mesmo tempo, que a Nova República tenha herdado dos governos militares "o que havia de pior no regime militar, no que diz respeito ao Congresso, que é a submissão ao Executivo, quando a relação entre os dois poderes deveria ser de igualdade".

Nesse semi-recesso da oposição parlamentar, a iniciativa da denúncia tem ficado mais por conta da imprensa, das entidades de classe — inclusive do patronato, em parte preocupado com o aviltamento dos salários — e da Igreja. É verdade que a atuação dessas instituições raramente tem levado o governo a recuar nas suas políticas e projetos. No campo econômico e no social o governo Sarney tem demonstrado uma inflexibilidade igual — e às vezes maior — do que os governos militares.

Arquivo 01/02/87

Arquivo 1/02/87



Amaral Netto: retração e viagem



Lula: "falta combate"

## Limitação favorece Governo

O líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, entende que a limitação às atividades parlamentares «vai ao encontro do propósito do Governo de neutralizar as resistências do Congresso aos seus projetos». A decisão a respeito da atual sistemática de trabalhos da Constituinte — acrescentou Brandão — foi adotada pela mesa da Assembléia, sem consulta às lideranças partidárias.

Apesar do reconhecimento de que a atuação opositorista tornou-se mais difícil, Brandão Monteiro acha que os partidos de oposição estão preocupados «com o Brasil real». Só que, ao invés da prioridade ao dia-a-dia — observa — as oposições estão procurando corrigir os «graves males» através da futura Constituição.

O secretário-geral do Partido dos Trabalhadores, Olívio Dutra, tem uma visão mais complexa da questão. Ele concorda em que o processo constituinte entrou «num funil», que reclama maior atenção aos temas polêmicos e de interesse

popular, mas também acha que as oposições — as esquerdas em particular — estão cometendo um erro ao se envolverem demasiadamente nas negociações de gabinete, «nas conversas a portas fechadas».

Para Olívio Dutra, a oposição deve dar prioridade ao debate público das questões polêmicas, ser: prejuízo do envolvimento nas negociações e da preocupação com o «Brasil real». As esquerdas compete, no seu entendimento, a articulação dos movimentos populares, para que estes pressionem os constituintes a votarem as propostas que interessam à maioria da população.

«O Governo e suas lideranças vêm tentando descolar a Constituinte do Brasil real. O papel da esquerda deve ser o inverso, mas o problema é que ela se perde nas conversas de bastidores, que recebe uma atenção preferencial, e com isso há o risco de também perder o poder de fogo e a capacidade de atuar como elemento de ligação entre a sociedade e a Constituinte».

## Intriga dispersa ação da esquerda

Os comentários feitos pelo petista Olívio Dutra a respeito do desempenho das esquerdas na Constituinte, não esgotam os reparos que são feitos aos parlamentares que pertencem a essa corrente. No próprio PT, o comportamento criticado pelo deputado gaúcho é observado em relação a parlamentares de tendências tão distintas quanto o moderado Plínio de Arruda Sampaio, vinculado à Igreja, ou o ex-guerrilheiro José Genoíno. Ambos são bastante dedicados aos entendimentos relacionados ao processo Constituinte — inclusive porque para tanto foram designados pelo Partido — e pouco voltados para os fatos do dia-a-dia, para o acompanhamento da crise brasileira.

No PMDB, a chamada "esquerda independente", ou os "progressistas" são encarados sob reservas por deputados do PT e do PDT, nas suas ameaças de rompimento ou distanciamento do Governo. O presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, costuma observar que a "esquerda" peemedebista raramente combate a política econômica do Governo ou mesmo algumas das práticas autoritárias que persistem na Nova República. Ainda em relação a essa parcela do PMDB, chama atenção o comportamento do deputado baiano Francisco Pinto, um dos fundadores do "grupo autêntico", que até a legislatura passada era um dos mais combativos parlamentares do Partido e que agora está ausente não só em relação ao processo Constituinte, mas também em relação a outros grandes temas da atualidade.

No geral, o que também se observa nos quadros da esquerda é a dispersão, a falta de unidade e até uma certa disputa por maior projeção no noticiário, fato que envolve intrigas de bastidores nem sempre tornadas públicas.

Pela direita, a acanhada oposição está entregue, nas últimas semanas, a dois ou três deputados pedessistas. O líder Amaral Netto, que no início dos trabalhos da Constituinte apresentava uma postura de combatividade, foi gradativamente se retraindo nas suas